

Comissão Nacional Justiça e Paz atenta à nova lei da imigração

A Comissão Nacional Justiça e Paz (CNJP) considera que o Anteprojecto de Lei de Imigração deve ter em conta que os desafios das migrações *“não podem ser apenas solucionados através da publicação de uma Lei”*, mas exigem *“a participação responsável de todos”*, designadamente da sociedade civil.

Nesse sentido, este organismo católico pede *“a criação de condições que proporcionem a plena integração social dos imigrantes”*.

Aproveitando o período de discussão pública do Anteprojecto, a CNJP destacou como pontos positivos a criação de um único tipo de visto para entrada e fixação de residência em Portugal, a maior protecção dada à família dos imigrantes e uma maior abertura à permanência de estudantes estrangeiros após o fim dos seus estudos. O parecer acrescenta também que *“na perspectiva do combate às redes de tráfico e de protecção das suas vítimas, bem como no combate ao favorecimento da imigração ilegal, consideramos positivas as preocupações subjacentes à nova Lei”*.

A CNJP lembra a situação dos que já se encontram no país sem estarem legalizados. *“Dependendo do grau de rigor na aplicação da Lei, poderá ser elevado o número de indocumentados que, embora estando a trabalhar, mas não se incluindo nas categorias de excepção previstas, venham a ser objecto de medidas de afastamento”*, alerta.

A CNJP manifesta ainda a sua preocupação pelo facto de não ser claro *“até que ponto ficam salvaguardados os direitos e a dignidade das pessoas que se vêem objecto de expulsão, bem como as condições de funcionamento e a supervisão que deve ser exercida sobre os centros de instalação temporária”*.

in Ecclesia
04-07-2006